



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL - COGEN

| ATA DE REUNIÃO | |
|---------------------------|--|
| Membros presentes: | Mário Soares Caymmi Gomes - Juiz de Direito (Presidente) Rodolfo Nascimento Barros – Juiz de Direito Ângela Bacellar Batista – Juíza de Direito Angélica Matos – Juíza de Direito Carolina D'Amorim – Advogada Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia Lívia Silva de Almeida – representante da Defensoria Pública do Estado da Bahia Carmen Sílvia Bonfim dos Santos Rocha – Representante da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – ASSETBA Marcelo Amaral da Silveira – Servidor, Secretário da COGEN |

Data: 29/08/2022 | **Início:** 10h15 | **Fim:** 12h16 | **Local:** Sala de reunião virtual (*Lifesize*)

| EVENTO | ITEM | PONTOS DISCUSITIDOS |
|-----------------------------|-------------|--|
| 21ª Reunião da COGEN | 1 | Reflexão sobre um novo modelo de reunião, no qual questões teóricas façam parte da discussão, de modo a permitir que os membros da Comissão passem a contar com um repertório a respeito das questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual; |
| | 2 | Avaliar o Planejamento Estratégico da Comissão, e o cumprimento das metas ali constantes; |
| | 2 | Conversa com a Pastora Odja. |

DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

Aberta a reunião, realizada por videoconferência, foi registrada a presença dos membros efetivos da COGEN acima citados. As Doutoras Márcia Gottschald Ferreira e Márcia Regina Ribeiro Teixeira, e as Servidoras Valéria Cristina Andrea Álvares e Sara Teles apresentaram justificativa às suas ausências. Os demais membros ausentes não apresentaram justificativa às suas ausências, até o início desta assentada.

Dada a palavra aos membros presentes à assentada, não houve impugnações à Ata da 20ª Reunião Ordinária da COGEN, a qual restou aprovada, à unanimidade.

- 1. Reflexão sobre um novo modelo de reunião, no qual questões teóricas façam parte da discussão, de modo a permitir que os membros da Comissão passem a contar com um repertório a respeito das questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual;**

Apresentada a proposta pelo Presidente da COGEN, Doutor Mário Gomes, acatou-se, à unanimidade, a incorporação deste novo modelo de reuniões.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -
COGEN**

Em adendo, a Doutora Lívia Almeida, representante da Defensoria Pública do Estado da Bahia, sugeriu a utilização deste modelo também como forma de organizar eventos destinados a difundir conhecimento acerca da temática LGBTQIAPN+ de forma aberta, numa proposta que intitulou “COGEN Convida”.

A proposta foi acolhida pelo Presidente da Comissão, e registrada para que fosse desenvolvida nas próximas reuniões, inclusive para divulgação do mês de visibilidade lésbica, que se deu em agosto, sem atuação específica da COGEN sobre o tema. Ponderou que essa pauta poderia ser suprida agora em setembro, tendo em vista a importância do tema.

2. Avaliar o Planejamento Estratégico da Comissão, e o cumprimento das metas ali constantes;

Sobre o tema, relembrou-se a importância de, a cada período regular mínimo, sugestionado em seis meses, ser feito um levantamento acerca das metas do planejamento estratégico da Comissão, se estão sendo alcançadas até os prazos máximos estipulados, ou se estariam havendo atrasos em algumas delas.

Em seguida, deliberou-se pelo levantamento das metas cuja prazo já se tenha findado, e que se findarão até o final do ano corrente, e que tais dados fossem colhidos e apresentados na próxima reunião ordinária da COGEN.

3. Conversa com a Pastora Odja.

Dada a palavra à Pastora Odja, sua fala se iniciou pela lembrança de que hoje a crença evangélica estar bastante capilarizada, de forma coexistirem diferentes denominações, que não necessariamente pregam e seguem a mesma visão dos Evangelhos. Por isso, há denominações ainda hoje muito fechadas às populações LGBTQIAPN+, e outras, como a que ela integra (segmento Batista), que já se encontram em avançado processo de integração destas populações à comunidade de fiéis.

Em seguida, relatou este processo da Igreja que integra, até que se chegasse a um ponto no qual até casamentos pudessem nela ser celebrados, sem limitações quanto à identidade de gênero e orientação sexual dos nubentes.

Por fim, narrou as dificuldades que a intolerância religiosa com as questões de identidade de gênero e de orientação sexual causou à sua Congregação, em geral, e a ela, em particular, por conta do caminho escolhido. Ponderou sobre o estado atual das coisas no país, acerca de tentativa de se forçar uma única interpretação religiosa como baliza de conduta, muitas vezes contrária à própria Constituição brasileira e ao conceito de Estado Laico, e lembrou a importância de termos um Judiciário devidamente esclarecido e comprometido com a tarefa de assegurar o necessário espaço de liberdade e respeito à diversidade na convivência humana – vistos, por ela e sua Congregação, como dons de Deus à Humanidade.

Aberto o espaço para a manifestação dos demais membros da Comissão, a Doutora Carolina D'Amorim, representante da OAB/BA, indagou à convidada qual seria a postura



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE E POLÍTICAS
AFIRMATIVAS EM QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL -
COGEN**

de sua Congregação no acolhimento às populações LGBTQIAPN+.

Em resposta, a Pastora Odja relatou que, a despeito de, até o presente momento, não haver, em sua Comunidade de fiéis, integrantes autodeclarados trans, a Congregação já entende que, a Resolução que oficialmente marca o encerramento do tratamento diferenciado por identidade de gênero e por orientação sexual, apesar de literalmente se referir apenas a “homossexuais”, abrange analogicamente todo o espectro LGBTQIAPN+. Com isso, entende que o processo esteja em andamento, com a Comunidade preparada para dar o devido acolhimento, igualitário, a fiéis que se autodenominem transsexuais. Acrescenta ver com entusiasmo e naturalidade que sua Congregação caminhe para a formação de pastores, teólogos, *et cetera* autodeclarados integrantes dessas populações, de forma a que a vivência religiosa de quem assim se identifica conte com guias espirituais que carreguem em suas experiências pessoais vivência semelhante, aproximando ainda mais a Igreja de sua comunidade, em toda a diversidade que a compõem.

Feitos os agradecimentos finais, foi dada por encerrada a 21ª Reunião Ordinária da COGEN.

